

ESCOLA, TRABALHO DOCENTE E A CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA EM GRAMSCI

Míriam Morelli Lima (UNICAMP)

Eixo temático: Filosofia da Práxis

RESUMO: Este trabalho é parte integrante da pesquisa em andamento intitulada “Hegemonia e relações de trabalho docente: reflexos no exercício profissional de professores/as de escolas de ensino fundamental” que tem por objetivo investigar as dimensões políticas do trabalho docente e a formação política de professores/as do ensino fundamental de escolas públicas do Rio de Janeiro, considerando as categorias de hegemonia e intelectual orgânico. Neste texto, busco discutir, preliminarmente, os pressupostos teóricos que podem ser encontrados nas proposições de Gramsci, que permitem analisar as implicações da tarefa educativa, como elemento parcial e estruturante das contradições fundamentais da superestrutura, na manutenção ou modificação de um determinado contexto histórico-político e de suas contribuições para o exercício da hegemonia, Procura refletir também sobre os pressupostos que possibilitam a análise da atuação dos professores de escolas públicas como intelectuais orgânicos, capazes de contribuir para a consolidação de uma determinada hegemonia, a partir de sua vinculação com uma classe social. Buscar-se-á, do ponto de vista teórico, o nexos que se pode estabelecer entre hegemonia, intelectuais orgânicos e trabalho docente na escola pública atual.

Palavras-chave: escola – professores – hegemonia – intelectuais orgânicos

Educação escolar, professores/as, hegemonia e intelectual orgânico: possíveis interseções

A relação entre as implicações da tarefa educativa e a construção da hegemonia pode ser encontrada em toda a obra de Antonio Gramsci, discutir a hegemonia requer discutir a educação e a cultura, como dimensões da sociedade civil em sua relação com a sociedade política, o Estado. Refletir as relações hegemônicas como pedagógicas, é um

passo necessário para pensar as relações pedagógicas como hegemônicas e de como os elementos que as constituem podem ser pensados para análise da construção de uma contra-hegemonia, ou da hegemonia das classes dominadas e subalternas. Conforme encontramos nos Cadernos, especialmente 10 e 11, para Gramsci, a substituição de uma força hegemônica por outra não é um processo exclusivamente econômico, mas principalmente político e cultural. A educação é necessária ao processo de persuasão, justificação e legitimação da hegemonia.

No pensamento gramsciano, não existe a idéia de uma educação neutra, desvinculada da produção ideológica. A manutenção do domínio e do controle na sociedade de classes necessita constantemente da reprodução de uma ideologia que dissimule as contradições e as formas de dominação, necessita, portanto, da educação. Ser hegemônica significa remover as contradições das classes na busca pelo poder. A educação escolar é uma prática social, entre muitas, entretanto, a escola adquiriu na sociedade moderna, uma centralidade em relação à formação do ser social. Apesar do trabalho hegemônico que a educação possa fazer, não está isenta ou imune às contradições que podem aparecer numa sociedade de classes, e ela mesma vivencia tais contradições no interior de seus processos pedagógicos, fruto das próprias contradições do meio social que é histórico e provisório. Por isso, é possível pensar numa escola capaz de trabalhar na construção de uma contra-hegemonia, por conter na sua estrutura, elementos – seja em termos de seus profissionais, alunos e mesmo métodos e conteúdos - das contradições e conflitos presentes na sociedade em geral. A ruptura com o saber que mascara, que dissimula, proporciona a luta contra o senso comum. Nas palavras de Gramsci é o ponto de partida para uma “reforma intelectual e moral” que proporcione a crítica aos elementos do senso comum capazes de revelar a realidade e produzir uma nova homogeneidade.

Gramsci (1978) afirma que todo ser humano é intelectual, no entanto, nem todos desempenham esta função na sociedade. Nesse sentido, só é possível compreender as atividades intelectuais no contexto em que estas se encontram no conjunto geral das relações sociais.

Desse modo, afirma ele que,

Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um “filósofo”, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta

moral, contribui assim, para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar (1978, p. 08).

O intelectual caracteriza-se por sua ligação com a estrutura, isto é, com os interesses de uma determinada classe da produção econômica, mas também pelo caráter superestrutural¹ de sua função no bloco histórico², dando homogeneidade e consciência de sua função à classe à qual está ligado. O vínculo do intelectual não é, portanto, sua origem social, mas o caráter orgânico que ele desempenha no nível superestrutural. A elaboração dessa camada de intelectuais deve ser entendida sempre como resultado dos processos históricos concretos.

É precisamente por meio dos processos de persuasão, tarefa dos intelectuais, que a supremacia da classe dominante é mantida por longos períodos, uma vez que pelos mecanismos repressivos da sociedade política ela exerce uma dominação pela força, submetendo-os à sua vontade. A impossibilidade de manter essa dominação pelos mecanismos coercitivos por longos períodos requer também o trabalho de persuasão, próprio da sociedade civil, por meio do qual se passa do exercício da dominação ao exercício da hegemonia³. Isso significa dizer que no capitalismo o intelectual pode vincular-se tanto à burguesia quanto ao operariado, uma vez que sua relação é mediatizada.

Desse modo, o conceito de intelectual em Gramsci, portanto, só pode ser compreendido se compreendida sua qualidade de ser orgânico, o que significa claramente vincular-se a uma classe fundamental, desempenhando atividades tanto no âmbito da sociedade civil quanto política. A busca da hegemonia do grupo que representa é seu objetivo, a fim de proporcionar-lhe o controle do bloco histórico, isto é, mantendo a relação dialética

¹ Para Gramsci, as superestruturas formam um conjunto complexo e interrelacionado, onde encontramos duas dimensões essenciais: a sociedade política e a sociedade civil. A primeira compreende o aparelho de Estado que corresponde à dominação direta ou de comando que se exprime no Estado ou no governo jurídico. A sociedade civil, que é a maior parte da superestrutura é concebida como “o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade (GRAMSCI apud PORTELLI, 1977, p. 22)”.

² Na concepção gramscista, o bloco histórico liga estrutura e superestrutura organicamente. “Essa organicidade é definida abstratamente por Gramsci como a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura, mas também, mais concretamente, como a obra dos grupos sociais encarregados de gerir as atividades superestruturais” (PORTELLI, 1977, p. 47).

³ “Hegemonia que decorre precisamente do sistema de alianças que a classe dirigente consegue estabelecer em torno de seus propósitos de classe e da adesão a esses propósitos por parte da população em geral, que os toma como se fossem ao encontro de seus interesses coletivos e não dos interesses particulares da classe no poder” (PARO, 1991, p. 86).

existente entre a estrutura e a superestrutura. Os intelectuais ligados à classe burguesa são

As células vivas da sociedade civil e da sociedade política: são eles que elaboram a ideologia da classe dominante, dando-lhe assim consciência de seu papel, e a transformam em “concepção de mundo” que impregna todo o corpo social. No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). Funcionários da sociedade civil, os intelectuais são igualmente os agentes da sociedade política, encarregados da gestão do aparelho de Estado e da força armada (homens políticos, funcionários, exército etc.) (PORTELLI, 1977, P. 86).

A partir de algumas reflexões acerca do caráter do intelectual no partido, considerado por Gramsci como o intelectual coletivo, pode-se refletir sobre as possibilidades dos professores atuarem como intelectuais e sobre o caráter da educação nesta construção de uma nova consciência. Coutinho (2007), ao analisar o papel do partido como intelectual coletivo, afirma que para Gramsci,

a construção plena da nova sociedade “regulada” ou comunista implica [...] o fim da divisão entre governantes e governados, ou seja, a absorção do Estado-coerção pelos mecanismos consensuais da sociedade civil, é imprescindível suprimir não apenas a propriedade privada dos meios de produção das riquezas materiais, mas também eliminar a apropriação privada ou elitista do saber e da cultura. Só assim será possível pôr fim à divisão entre “intelectuais” e “pessoas simples” e, desse modo, suprimir a apropriação grupista (burocrática dos mecanismos de poder. (2007, p. 174)

A reforma intelectual e moral destacam os intelectuais “não pelo nível de sua erudição, mas pela *função* que exercem por meio do partido, função “que é dirigente e organizativa, ou seja, educativa, isto é, intelectual (Coutinho, 2007, p. 174).

O intelectual orgânico, “surge em estreita ligação com a emergência de uma classe social determinante no modo de produção econômico, e cuja função é dar homogeneidade e consciência a essa classe, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político” (Coutinho, 2007, p. 175-176). Homogeneizam a consciência da classe à qual estão organicamente ligados, criando as condições necessárias à consolidação da hegemonia dessa classe sobre as demais classes sociais, aliadas e não aliadas. São “agentes da consolidação de uma vontade coletiva, de um “bloco histórico” (2007, p. 176).

No Caderno 12 (2006), Gramsci aponta que todos os homens são intelectuais muito embora nem todas exerçam a função de intelectuais na sociedade, a isso ele atribui o surgimento histórico de categorias que chama de “especializadas para o exercício da função intelectual, formam-se em conexão com todos os grupos sociais, mas, sobretudo em conexão com os grupos sociais mais importantes” (p. 18). Suas elaborações estarão ligadas, sobretudo, às elaborações dos grupos dominantes. Gramsci, acerca da importância adquirida pela escola que surge nas sociedades emergidas do mundo medieval na produção dos intelectuais, afirma que:

[...] assim como se buscou aprofundar e ampliar a “intelectualidade” de cada indivíduo, buscou-se igualmente multiplicar as especializações e aperfeiçoá-las. Isso resulta das instituições escolares de graus diversos, até os organismos que visam a promover a chamada “alta cultura”, em todos os campos da ciência e da técnica. A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (p. 19)

O trabalho do magistério será entendido aqui como trabalho intelectual, no sentido apontado por Gramsci, no qual o trabalhador intelectual desempenha essa *função* no meio social, portanto essa atividade precisa ser compreendida no conjunto geral das relações sociais. Isto é, a posição de classe situa, historicamente, na sociedade trabalhadores e capitalistas, produzindo um determinado tipo de consciência acerca da realidade material e concreta. A sociedade capitalista impede que se produza a igualdade, pois está fundada na exploração do trabalho, sendo impossível a superação das desigualdades e dos conflitos de classe, tornando-se necessário, portanto, a manutenção e a reprodução de tais contradições, bem como da produção de um determinado tipo de consciência sobre estes antagonismos, de tal modo que se mantenha a estrutura capitalista. A ideologia é a responsável pela elaboração de uma correspondência entre essa consciência e o lugar que ocupamos na classe social, sendo a escola e seus/suas professores/as alguns dos agentes sociais responsáveis por este trabalho intelectual. Segundo Gramsci, os trabalhadores intelectuais vinculam-se necessariamente a uma classe social e trabalham a favor dessa classe. Segundo Portelli,

No nível da difusão da ideologia, os intelectuais são os encarregados de animar e gerir a “estrutura ideológica” da classe dominante no seio das organizações da sociedade civil (Igrejas, sistema escolar, sindicatos, partidos, etc.) e de seu material de difusão (*mass media*). (1977, p. 86)

A construção da hegemonia depende de mecanismos e instituições cada vez mais complexos da sociedade civil capazes de produzir o consenso necessário à manutenção do bloco histórico – vinculação entre estrutura e superestrutura. Um processo de transformação requer a produção de uma nova hegemonia fundada nos objetivos da classe revolucionária (GRAMSCI, 1974).

Nesse sentido, a transformação social tem que ser compreendida também na dimensão da produção ideológica⁴, responsável pela tradução das grandes mudanças ocorridas na história, para um determinado período histórico. Criar um novo bloco histórico é condição para a transformação social, isso implica uma crise orgânica no atual bloco histórico – na vinculação entre estrutura e superestrutura – para que uma nova hegemonia seja instalada. Para Gramsci “se a classe dominante perdeu o consenso, então não é mais ‘dirigente’, senão unicamente dominante, detentora da pura força coercitiva, o que significa que as classes dominantes se separaram das ideologias tradicionais, não crêem mais no que acreditavam antes” (1974, p. 56, tradução nossa). Há um rompimento com os intelectuais e com a ideologia dominante, com os organismos e com as instituições que representam a classe no poder. Interessa-nos especificamente esse aspecto, para pensarmos no papel do intelectual e de modo particular, no papel dos profissionais da educação numa sociedade de classes. Considerando a atividade intelectual como a especificidade do trabalho pedagógico, estarão seus profissionais atuando como intelectuais orgânicos? A favor de qual das classes fundamentais?

Elaborar os princípios, os problemas, o cotidiano, do ponto de vista teórico, deve ser a tarefa do intelectual, determinando dessa forma um bloco social e cultural.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação como o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (GRAMSCI, 1978, p. 08)

⁴ “a ideologia nunca é uma totalidade abstrata em conexão com uma totalidade concreta, uma relação ideal teoria/prática, uma cadeia invisível que uniria a consciência ao real, mas o processo dialético da manifestação de uma ‘filosofia’ determinada, através das estruturas materiais históricas, de que modifica a forma e o conteúdo ao ‘realizar-se’” (GRISONI & MAGGIORI apud PARO, 1991, p. 87).

Os docentes poderão ser identificados como intelectuais quando e se identificarem-se com seus alunos, com a classe à qual estes pertencem para que possam estabelecer uma relação de igualdade e não de antagonismo. Se intelectuais da classe trabalhadora precisam perceber-se como trabalhadores intelectuais vinculados à classe trabalhadora para que possam efetivar um trabalho emancipador para a mesma na produção de novas consciências, e não uma relação desigual e de superioridade com seus alunos.

O aspecto político da formação dos/as professores/as abriga a possibilidade de desenvolver um trabalho intelectual para a transformação. Mas, para isso é necessário compreender-se no interior da profissão e, ao mesmo tempo da prática social. As problematizações em torno da profissão docente poderiam contribuir para compreender as especificidades deste campo profissional como, por exemplo, um trabalho não material, e nesse sentido, mais propício ao desenvolvimento da produção ideológica, da produção de consciências acerca da realidade vivida.

Além disso, problematizar o trabalho docente requer também, a discussão das próprias condições de trabalho dos/as professores, enquanto trabalhadores dentro da estrutura social capitalista. É por meio da produção de novas consciências produzidas a partir dessas mesmas práticas sociais que se pode iniciar o trabalho de transformação social, questionando e compreendendo os problemas a serem enfrentados pela educação e pela sociedade em geral. A construção de uma nova ordem social implica mudanças radicais não só no plano político e econômico, mas originariamente na maneira de explicar e compreender o mundo e a vida.

No caso da análise da educação, no Brasil e na maioria dos países da América Latina, alguns aspectos da formação do Estado nas sociedades liberais, ainda permanecem e precisam ser considerados, uma vez que as alterações na função do Estado afetam diretamente as políticas públicas, portanto, as políticas educacionais, a maneira como se realiza a educação escolar e o trabalho dos/as professores.

Nesse sentido buscar-se-á, do ponto de vista metodológico, analisar as relações entre a “função” da escola, o trabalho dos/as professores/as e a produção da hegemonia e/ou da contra-hegemonia, isto é, quais são as dimensões políticas do trabalho escolar e docente.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. vol.2.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Tradução: Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Pasado y Presente**. 1. ed. Buenos Aires: Granica, 1974.

PARO, Vitor. **Administração escolar**: introdução crítica. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Tradução: Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.